

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: referências na perspectiva da garantia e acesso aos direitos sociais.

Paula Cristina Alves¹

RESUMO

Este artigo se ocupa em situar o potencial da função de vigilância socioassistencial em dar suporte à luta da classe trabalhadora, tornando públicas suas demandas na disputa por reconhecimento social e político. Norteia-se pelo referenciamento de pressupostos ético-políticos nas dimensões teórico-metodológicos e técnico-operativos da função de vigilância socioassistencial, que asseguram a afirmação da política de assistência social e o acesso para o direito no âmbito da proteção social pública. Para tanto, é argumentado que o trabalho social da e na vigilância socioassistencial, é a base para se produzir conhecimentos sobre a relação proteção desproteção social, projetando ações e práticas de vigilância que fortaleçam a construção necessária para o acesso e garantia dos direitos sociais.

Palavras-chave: Vigilância Socioassistencial; Política de Assistência Social; Gestão; Informação.

ABSTRACT

This article is concerned with situating the potential of the social assistance vigilance function in supporting the struggle of the working class, making public their demands in the dispute for social and political recognition. It is guided by the referencing of ethical-political assumptions in the theoretical-methodological and technical-operational dimensions of the social assistance vigilance function, which ensure the affirmation of the social assistance policy and the access to the right within the scope of social protection. To this end, it is argued that the social work of and in social assistance vigilance is the basis for producing knowledge about the relationship between social protection and social unprotection, designing vigilance actions and practices that strengthen the necessary construction for the access and guarantee of social rights.

Keywords: Social Assistance Vigilance; Social Assistance Policy; Management; Information.

¹ PUC/SP; Graduada em Serviço Social – UNESP; Mestra em Serviço Social – PUC/SP; paulakris29@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A função da vigilância socioassistencial possui um papel importante no processo de afirmação da política de assistência social, pois para além de uma questão organizacional regrada pelas normativas vigentes, deve reconhecer e afirmar processos metodológicos pautados na dimensão ético-política, no campo da universalização dos direitos sociais, estabelecendo reconhecimento e defesa sobre as demandas da classe trabalhadora, firmando-se como peça provedora de atenções às desproteções sociais e às suas causalidades.

Delinear a discussão sobre essa função, especificamente na conformação de conhecimento sobre as expressões das desproteções e inseguranças sociais, constitui um grande desafio. Isso porque é necessário considerar, de um lado, a perspectiva de que qualificar a dimensão ético-política, nos processos metodológicos e técnico-operativos para o exercício da função de vigilância socioassistencial, está diretamente ligada à própria condição histórica da garantia e acesso ao direito a proteção social pública, e do outro, as postas pelas tendências atuais da gestão da política de assistência social, que apresenta formas ressignificadas de um modelo conservador, reverberando como força disruptiva da luta coletiva.

Diante de um cenário de disputas ideológicas acirradas e de uma conjuntura política e econômica que se agudiza no capitalismo, em sua face neoliberal, Antunes (2020), que os pressupostos ético-políticos, expressos nas dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas no exercício da função de vigilância socioassistencial se conformam.

Nesse contexto, Rizzotti (2013) e Couto (2012) problematizam sobre o risco de operar um tipo de vigilância socioassistencial de controle dos indivíduos, o que afeta diretamente na perspectiva da Assistência Social como direito. Perspectiva que fere também o trabalho profissional e os processos de trabalho, pois as requisições de gerenciamento e controle da população entram em confronto com os princípios ético-políticos construídos coletivamente pelo Serviço Social.

PROMOÇÃO



APOIO



De acordo com Pires (2016), a ênfase de uma política gerencialista de controle da pobreza resulta numa vigilância socioassistencial que não consegue se ocupar da produção de um conhecimento crítico, capaz de elucidar as demandas por proteção social de assistência social. Dessa forma, ao invés de se consolidar como função de caráter público, fica restrita a uma ação e a um conjunto fragmentado de atividades de caráter complementar e subsidiários, cujo único cometido é produzir informações, voltadas aos interesses da gestão e não da política de assistência social.

As condições concretas com que a vigilância socioassistencial vem se estabelecendo nas cidades brasileiras, revelam a precariedade da efetivação e exercício da função no âmbito das gestões municipais. Uma análise trazida por Alves (2022), revela que entre os anos de 2012 e 2020², houve um movimento gradual, demonstrando um cenário frágil em relação ao reconhecimento e legitimidade da sua presença “formal”, na estrutura do órgão gestor da política de assistência social. Neste mesmo estudo, ao considerar a produção de conhecimento sobre a vigilância socioassistencial, tendo como referência a produção acadêmica de dissertações e teses, desde o seu surgimento no contexto brasileiro, nota-se que a quantidade de estudos existentes ainda é bem exígua, o que provavelmente se justifica em virtude de um gradativo processo de institucionalização em ressonância ao próprio desenvolvimento da política.

O processo de compreensão sobre a função, objetivo, o campo de ação e a responsabilidade da vigilância socioassistencial permanece fragmentada, conferindo-a inúmeros sentidos. Quando olhada criticamente, há sempre dúvidas: como se constrói e a que(quem) tem servido o conhecimento realizado pela VSA?

Esses questionamentos expõem a ideia de que existam diferentes perspectivas e conteúdos a respeito da função de vigilância socioassistencial, que se concretizam nos seus processos de organização, execução e, sobretudo, na produção de conhecimento sobre a relação, o alcance da proteção não contributiva, em face das expressões de desproteção social dos territórios.

² Consultar mais detalhes dessa análise em: ALVES, Paula Cristina. **Vigilância Socioassistencial para que(m)?: conformações e implicações teórico-metodológicas e técnico-operativas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022

Pauta-se aqui, que a área da VSA é teórica, técnica e metodologicamente desafiadora, e que os aspectos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos não são fatos já determinados, considerando as características históricas e de luta da assistência social e a tensão de interesses no campo de disputa por reconhecimento político e social, exigindo o compromisso ainda maior na busca por potentes ações públicas que referendem direitos sociais, respeitando as necessidades da população e assentando essa demanda como da classe trabalhadora.

O trabalho *da* e *na* vigilância socioassistencial, pautado por uma dimensão ética, política e técnica, é a base para se produzir conhecimentos sobre a relação proteção desproteção social, atenta aos interesses e demandas da classe trabalhadora e ao alcance do seu reconhecimento político e social. Nessa direção, consegue projetar ações/práticas de vigilância que fortaleçam a construção necessária para o acesso e garantia dos direitos socioassistenciais.

Assim, pretende-se com esse artigo reforçar diálogos e discussões que possam agregar e ponderar a relevância sobre as referências que pautam a direção social norteadora da garantia e acesso aos direitos sociais, na busca por movimentos agregadores à luta da classe trabalhadora, na sociedade capitalista.

2 O TRABALHO SOCIAL DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E SUAS CONFORMAÇÕES

Para que a vigilância socioassistencial se apresente como força expressiva no modelo de atenção socioassistencial, que ratifica a cidadania, de acordo com Alves (2022), faz-se necessário firmar: o compromisso *técnico* no sentido de materializar, aprimorar e institucionalizar processos, práticas e conteúdos da VSA; o compromisso *político*, desvelando e visibilizando as necessidades de seguranças sociais e tensionando para a ampliação da oferta de proteção social, e o compromisso *ético* na defesa do caráter público da política social e da universalização dos direitos sociais.

Essas dimensões, criticamente articuladas, compõem a ideia do *trabalho social* da vigilância socioassistencial, criando uma referência na gestão da política de assistência social, justificando e fortalecendo a sua razão de ser enquanto função da

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



política de assistência social, na defesa do modelo de proteção social não contributiva, efetivadora de direitos sociais.

Importante destacar que não cabe ao trabalho social da vigilância socioassistencial estar atrelado a conteúdos unicamente administrativos e esvaziados de poder crítico, mas deve se compor enquanto um conjunto de práticas e interações de interesses político e social, a favor da classe trabalhadora. Nesse sentido, a afirmação de uma vigilância socioassistencial crítica, cuja contribuição com os processos de caráter coletivo em defesa dos direitos socioassistenciais, dependerá, prioritariamente, de referências e direção social estabelecidas.

Demarca-se que a apreensão do trabalho social da vigilância socioassistencial explicita uma questão importante e fundamental: a capacidade objetiva de se vincular a oferta de atenção socioassistencial à perspectiva de concretizar o alcance de direitos socioassistenciais, estabelecendo indicadores, parâmetros e novos instrumentos de gestão, que viabilizem “a identificação da incidência territorial de demandas, bem como, a capacidade para conhecer a gradualidade das ocorrências, de modo a estabelecer a especialidade da resposta a ser garantida” (BRASIL, 2013, p. 67).

A prática crítica de vigilância, imbuída de um processo reflexivo, investigativo e político, de base territorial, configura-se como uma potente força intencional identificadora das manifestações das desproteções sociais, que se expressam em demandas para a política de assistência social. Nessa direção, o trabalho social da VSA se alinha a uma perspectiva democrática, quando demarca seus processos metodológicos com uma lógica relacional, baseada na proximidade com a realidade vivenciada pela população, ultrapassando, assim, a lógica gerencialista de gestão. (ALVES, 2022).

O advento desse ato político e técnico investigativo, como escolha metodológica para o trabalho social da VSA, centralizando a importância do conceito território, fortalece a dimensão técnico-operativa do exercício profissional, garantindo a necessária unidade com as dimensões ético-política e teórico-metodológica, demarcando no processo de implementação e operacionalização a construção de estratégias e processos que lhe permitam responder *para que, para quem, com quem e como fazer*.

PROMOÇÃO



APOIO



Um destaque importante para a definição de um processo metodológico coerente com a perspectiva crítica e democrática, para os autores Arregui, Diniz e Koga (2020), pressupõe a escolha da *pesquisa e avaliação* como elementos fundamentais e essenciais para o processo reflexivo, associados à adoção da lógica do território, sendo fundamental para a política de assistência social na apreensão das dinâmicas socioterritoriais. Isso porque, a prática de vigilância que se sustenta nesses aportes, no seu processo, assume uma perspectiva crítica ao produzir informações sobre as dinâmicas do território, cujo conhecimento se assenta como elemento chave na construção do acesso ao direito socioassistencial.

A autora Dirce Koga, faz uma importante reflexão sobre o processo de construção coletiva de conhecimento, principalmente no âmbito da gestão pública. Para ela, a existência de “posturas e práticas verticalizadas”³, são marcas de uma colonialidade presente nas relações sociais, que estão cotidianamente e sistematicamente presentes na gestão da política pública e podem interferir no processo de alcance dos direitos sociais.

No âmbito da gestão pública, observam-se também posturas e práticas verticalizadas reproduzidas no cotidiano de trabalho, nas relações estabelecidas entre trabalhadores e gestores (quem está na direção central e quem está na “ponta”), entre trabalhadores e consultores (“teóricos” da academia e técnicos da “prática”), entre trabalhadores e cidadãos (técnicos detentores do saber e do recurso e usuários/beneficiários vazios de conhecimento). Dessa forma, o acesso aos direitos sociais é atravessado cotidianamente pelas relações sociais que permeiam a gestão da política pública, podendo interferir na própria possibilidade ou não do acesso. (KOGA, 2023, p.16).

Essa perspectiva sobre as relações sociais e produção de conhecimento, reverbera diretamente enquanto desafio presente nos processos de trabalho da vigilância socioassistencial, pois a base que sustenta e justifica a existência do trabalho social crítico, está diretamente interligado na relação com a *informação*. E é por meio do conhecimento produzido, organizado e crítico que se pode alimentar todos

³ Discussão em: KOGA, Dirce. “Território de vivências entre chegadas e partidas” In: BERNARDINO, Virgílio Manuel Pereira; DAL BELO, Marília Gonçalves; GODOI, Sueli; (Orgs.). **Território e gestão de políticas públicas: contribuições ao debate**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 147p.

os processos que lhe são inerentes, sobretudo os instrumentos e as escolhas metodológicas.

Dado que o acesso social à informação pública é um componente importante de uma sociedade democrática, a compreensão e intencionalidade do que é publicado pelo Estado é fundamental. Nesse sentido, o conjunto de informações e conhecimento produzidos pela vigilância socioassistencial, deve ganhar o status de *informação pública*⁴.

A informação produzida pelo VSA exige clareza em seu conteúdo e, sobretudo, requer a determinação de seu caráter público e social, o que permite debater sobre o tipo de acesso buscado via produção de conhecimento territorializado sobre relação proteção e proteções sociais.

Para que os conteúdos da vigilância socioassistencial ultrapassem as diretrizes institucionais internas, além da organização e processamento do conhecimento crítico sobre a realidade, será importante garantir o acesso público a ele, para que essa força de produção social esteja ao alcance dos cidadãos, na forma de atenção pública, mas também como garantia de acesso ao conhecimento como um direito. Além de constituir conteúdo com finalidade pública, é necessário, portanto, estar atento aos processos que garantem a apropriação dessa informação, ou seja, compreender e debater o que foi produzido pela VSA.

A questão que se coloca, é a capacidade de aprimorar as expressões do trabalho social da vigilância socioassistencial, permitindo discutir coletivamente a dimensão das informações produzidas, o que, por sua vez, reforçaria o domínio da produção de conhecimento na e sobre a política de assistência social.

A produção de conhecimentos para a gestão das políticas públicas não começa e termina na simples coleta de dados. A análise contínua é o que insere o diferencial da ação, recombina vários instrumentos, fases, referenciais, sistematizações e reflexões críticas sobre os dados levantados. O uso da informação e da tecnologia qualifica o exercício profissional quando rompe com a leitura mecânica ou apenas técnica da realidade, possibilitando relacionar, problematizar e questionar os dados considerando as demandas sociais e as interdições produzidas e operadas pelas próprias políticas sociais (ARREGUI, DINIZ, KOGA, 2018, p.1420).

⁴ Aprofundamento dos aspectos que compõem a informação pública, consultar: BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ressalta-se assim, que o conjunto de informações deve ser *politicamente e estrategicamente qualificado*, na direção da produção de conhecimento apropriado como bem público. Dessa forma, tencionar para o rompimento de visões fragmentadas, consolida-se como uma intencionalidade, uma direção social, pautada na universalidade do acesso ao direito social. (ALVES, 2022).

Nessa direção, afirma-se que há uma responsabilidade ética do trabalho da vigilância socioassistencial e do trabalhador da área, enquanto agente público de direito, em fazer enfrentamentos maiores, de alargamento de impasses institucionais, para além daquilo que está dado, mas sim descobrir qual a real proteção social que se deve garantir e como ela deve proteger.

É nessa condição que a projeção do trabalho compõe um movimento de luta classes, um movimento contra a hegemonia que prega a visão gerencialista do pobre e da pobreza como condição de vulnerabilidade e ativos pessoais de enfrentamento da desigualdade, desconsiderando questões estruturais presentes na formação sócio-histórica brasileira. (ALVES, 2022).

Assim, diante dessas referências pautadas até aqui, incide demarcar que a prática de vigilância, como resultado do trabalho social da função de vigilância socioassistencial, se configura como uma atenção socioassistencial, chave do acesso e alcance do direito social, e como “potência” para o movimento do coletivo na defesa de interesses, necessidades e conteúdos a favor da classe trabalhadora.

3 CONCLUSÃO

A vigilância socioassistencial, como função da política de assistência social, para além de uma condição legal e formalizada na estrutura de gestão, possui uma especificidade de conteúdos e conhecimentos teóricos, metodológicos e tecnológicos, que têm estreita vinculação com os contextos históricos, econômicos, políticos e socioculturais que pautam a aproximação ou o distanciamento com o caráter público da política de assistência social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O trabalho social da vigilância socioassistencial precisa ultrapassar a condição de gerenciamento da população, adquirindo a capacidade de tencionar a garantia de acesso e ampliação a direitos socioassistenciais, através de afirmação de processos e práticas, que superem o atravessamento da discussão conflituosa da vigilância socioassistencial resumida a um mero setor no âmbito das gestões da política de assistência social.

Ao se lançar em práticas e conteúdos críticos, a vigilância socioassistencial deve movimentar análises e debates na gestão porque é a gestão que atua nas manifestações da desproteção social com aquilo que o SUAS oferta, no sentido de firmar o campo da proteção social. Porém, essa condição de proteção social passa, obrigatoriamente, pelo conhecimento das manifestações de desproteção social que, na vigilância socioassistencial, precisam adquirir um caráter coletivo expressando a realidade da cidade e não de escalas que comprometem essa leitura de totalidade.

Essa condição valorada do trabalho da vigilância socioassistencial exige um vasto conjunto de conhecimento e aportes ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos para o seu exercício, que transpareçam os elementos na construção do acesso ao direito socioassistencial assentados na base categorial do SUAS, como o território, matricialidade familiar e participação popular.

Porém, há que se continuar na busca pela construção coletiva de um conhecimento público, que traga mobilidade sobre as questões vivenciadas pela classe trabalhadora, ultrapassando a banalidade do controle imposto, principalmente no uso de sistemas informacionais, crescentemente sendo utilizados como referência para realização da vigilância socioassistencial.

De acordo com Alves (2022), é preciso avançar na ideia de que a vigilância socioassistencial só se firma como potência se ela estabelecer as ações e os conteúdos numa lógica de presença territorial. É necessário que o trabalho social se constitua a partir do “chão”, não só com o cidadão que já possui acesso aos serviços/programas e projetos do sistema único de assistência social, mas com todos os cidadãos, pautado numa lógica de gestão democrática e eticamente pública.

Diante desses onerosos desafios postos, a construção da resposta sobre o questionamento a quem e a que serve a vigilância socioassistencial vai se revelando

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



em caminhos e em perspectivas que não se definem a priori e linearmente, o que faz conservar-se enquanto um campo profícuo e necessário de discussões e aprofundamentos críticos, para que se alcance um “olhar alargado, um olhar com “olhos de vigilância”, um olhar crítico enquanto demanda e sobre aquilo que se oferta e/ou deveria ofertar” (ALVES, 2022. p. 100).

REFERÊNCIAS

ALVES, Paula Cristina. **Vigilância Socioassistencial para que(m)?: conformações e implicações teórico-metodológicas e técnico-operativas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARREGUI, Carola; KOGA, Dirce. Vigilância socioassistencial: garantia do caráter público na Política de Assistência Social. In: **BRASIL, CAPACITA SUAS, Caderno 3**. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2013.

ARREGUI, Carola; DINIZ, Rodrigo, KOGA, Dirce. **Dinâmicas socioterritoriais e práticas profissionais: entre chãos e gestão**. Revista de Políticas Públicas, 2018.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>. Acesso em: 17/05/2023.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2021.

COUTO, Berenice Rojas. et al. (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2014.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2011.

KOGA, Dirce. “Território de vivências entre chegadas e partidas” In: BERNARDINO, Virgílio Manuel Pereira; DAL BELO, Marília Gonçalves; GODOI, Sueli; (Orgs.).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Território e gestão de políticas públicas: contribuições ao debate. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 147p.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOTTA, Gabriela. **Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas** de nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo, 2010.

MIOTO, Regina Célia. Tamaso. **Produto 3:** Documento técnico orientador para subsidiar o seminário nacional sobre trabalho social com famílias na PNAS à luz das avaliações sobre a produção acadêmica na área da Assistência Social e a produção institucional do MDS sobre trabalho social com famílias realizadas nos produtos anteriores. MDS. 2015.

PAIVA, Beatriz Augusto de. A enigmática contradição entre trabalho e política de assistência social. **Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração.** São Paulo: Veras, p. 321-372, 2014.

PIRES, Flávia Cristina de Paula Gomes. **A institucionalização da função de Vigilância Socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).** 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

PRATES, Jane Cruz. Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação: pesquisa e planejamento. **Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luís, MA, 2017.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. Aspectos econômicos e políticos determinantes da política social brasileira. **Argumentum**, v. 5, n. 1, p. 165-179, 2013.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 15-20.

SPOSATI, Aldaiza. Suas e trabalho profissional: Frágeis gritos e muitos sussurros. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. e39301, 2021. DOI:10.15448/1677-9509.2021.1.39301. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/39301>. Acesso em: 25 mai. 2023.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; ARREGUI, Carola Carbajal. A vulnerabilidade social: conceito-chave da sociedade pós-moderna ou instrumento da razão neoliberal? In: Ademir Alves da Silva e Rosangela Dias Oliveira da Paz. (Org.).

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Políticas Públicas e Direitos Sociais no contexto da crise capitalista contemporânea. 1ed.São Paulo: Paulinas, 2020, v. 1, p. 75-92.

PROMOÇÃO



APOIO

